

A Livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública em São Paulo¹

Marcia de Paula Gregorio Razzini (Pós-doutorado, Faculdade de Educação-USP)

Introdução

O crescimento do consumo de livros didáticos representa um marco no acesso à educação elementar e está diretamente ligado à consolidação dos sistemas nacionais de educação pública em curso na Europa e América no último quarto do século XIX. A ampliação do mercado de livros escolares faz parte das condições de infraestrutura física e cultural criadas para essa consolidação (Carbone, 2003, p. 14).

Na pesquisa de pós-doutorado que venho desenvolvendo na Faculdade de Educação da USP sobre a produção e circulação de livros escolares encontrei uma estreita relação entre a expansão da escola pública primária no Estado de São Paulo e a expansão editorial no período da chamada República Velha (1889-1930). Parte da pesquisa dedica-se ao estudo dos livros didáticos da Livraria Francisco Alves produzidos nesse período, tema do presente artigo.

Os primeiros livros didáticos brasileiros foram produzidos pela Imprensa Régia (depois denominada Imprensa Nacional). Na segunda metade do século XIX, registra-se um crescimento substancial deste segmento em editoras privadas, como a Garnier, a Laemmert e a Livraria Clássica de Alves & Cia., todas do Rio de Janeiro, responsáveis por mais de 44% de toda a produção brasileira de livros escolares, conforme informava o *Catálogo do Museu Escolar Nacional* de 1885. Por outro lado, verifica-se que até o final do Império, grande parte dos livros usados em nossas escolas vinha importada de Portugal. Ao que parece, a nacionalização da produção (e da autoria) do livro didático brasileiro só aconteceria de fato no final do século XIX, junto com a nacionalização do livro infantil (Hallewell, 1985; Bittencourt, 1993; Lajolo e Zilberman, 1996; Valente, 1999), não por acaso, quando o sistema de educação pública elementar começou a ser ampliado.

A expansão da escola pública primária no Estado de São Paulo, encetada logo após a Proclamação da República, viria acelerar o desenvolvimento do mercado editorial e ampliar o mercado de trabalho, envolvendo professores, artistas, editores e técnicos na escrita, ilustração e produção de livros didáticos. A década de 1890 marcaria também a

¹ Trabalho apresentado ao NP 04 Produção Editorial

ascensão da Livraria Clássica de Alves & Cia. (depois Livraria Francisco Alves) como a principal editora de livros escolares do Brasil, *alcançando o topo no universo editorial brasileiro* (Bragança, 2002, p. 76).

Expansão escolar

São Paulo foi o primeiro estado brasileiro a implementar um sistema público de ensino elementar de massa, fornecendo inclusive modelos e/ou mão-de-obra especializada para a instalação de sistemas similares de ensino em outros Estados (Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, Piauí, Santa Catarina). O crescimento da rede pública escolar foi impulsionado pelas idéias republicanas, pela lavoura de café, pela imigração e pela urbanização, mas foi beneficiado, sobretudo, pela Constituição de 1891, que determinou a retenção dos impostos de exportação pelos Estados enquanto a União ficou com os impostos de importação, aumentando substancialmente a receita do Estado de São Paulo (Deaecto, 2002, p. 62).

O modelo de ensino escolar paulista se traduz na invenção dos “Grupos Escolares”, espaços urbanos construídos especialmente para agrupar escolas e classes que funcionavam anteriormente separadas, sujeitos a uma hierarquia administrativa e ao controle centralizado do Estado. *Nessa retórica republicana, a escola foi sobretudo signo do “progresso” que a instauração do novo regime anunciava. Na monumentalidade de seus edifícios, ela deveria fazer ver a República inaugurada.* (Carvalho, 2002, p. 203)

Entre 1890 e 1920 foram construídos na capital e no interior do Estado de São Paulo mais de 130 Grupos Escolares e, para a formação de professores, foram implantadas 10 Escolas Normais nas seguintes cidades: São Paulo (Praça da República e Brás), Itapetininga, Pirassununga, São Carlos, Piracicaba, Botucatu, Guaratinguetá, Campinas e Casa Branca (São Paulo, 1907-08; Corrêa et alii, 1991 e Ferreira et alii, 1998). Convém assinalar que, dada a sua importância histórica, esses prédios foram tombados pelo CONDEPHAAT recentemente, em agosto de 2002 (Processo 24929 de 04/08/1986).

Para coordenar as mudanças no sistema de ensino paulista, em 1894, foi inaugurado na capital o novo prédio da Escola Normal de São Paulo (depois batizada de Escola Normal Caetano de Campos), na então retirada e recente Praça da República, topônimo perfeito para abrigar uma instituição modelo, encarregada de irradiar o projeto educacional dos republicanos e suas inovações didáticas. Além de cuidar da formação dos futuros

professores primários, a Escola Normal mantinha uma escola primária anexa, chamada de Escola-Modelo, onde os normalistas dos últimos anos faziam estágio, e um Jardim da Infância, primeira escola pública infantil, inaugurada em 1896.

Os Grupos Escolares, espaços especialmente projetados para o funcionamento de escolas, generalizaram a aceitação do *método simultâneo* como forma de organização do tempo e do espaço escolar, permitindo “a ação do professor sobre vários alunos simultaneamente” (Faria Filho, 2000, p. 142) e a organização de classes mais homogêneas, o que facilitava a execução de um programa de estudos unificado e graduado. Esta forma de organização se opunha ao *ensino individual*, método mais comum até então, onde o professor ensinava separadamente cada aluno, um após o outro, dedicando a cada um poucos minutos para sua particular e lenta progressão, enquanto os outros deveriam trabalhar em silêncio e sozinhos. Nesse sistema as turmas eram heterogêneas, de várias idades e de diferentes estágios de aprendizagem, não havia um programa a seguir e as variações entre as escolas eram imensas (Bastos e Faria Filho, 1999).

Quanto ao processo de aprendizagem, procura-se difundir com entusiasmo o *método intuitivo*, em voga no Brasil desde a última década do Império, apoiado, por exemplo, por Rui Barbosa, tanto nos seus pareceres sobre a *Reforma do Ensino Primário* (1883), quanto na tradução e adaptação do manual de Norman Alison Calkins, *Primeiras lições de coisas*, (1886). Ancorado nas idéias de Pestalozzi, Froebel e Herbart, o método intuitivo era assim chamado porque dava muita importância à intuição, à *observação das coisas, dos objetos, da natureza, dos fenômenos e para a necessidade da educação dos sentidos como momentos fundamentais do processo de instrução escolar* (Faria Filho, 2000, p. 143).

Ao mesmo tempo, considerava-se que o método simultâneo era a melhor forma de organizar as turmas para a aplicação do método intuitivo (*Primeiras lições de coisas*, Calkins, 1886, p. III e IV).

Junto com a observação e a experiência, o método intuitivo privilegiava a aprendizagem através da ilustração e do desenho. Desta maneira, a imagem tornou-se tão importante quanto o texto na sala de aula, daí a atenção especial que o ensino do desenho ganhou tanto no currículo das Escolas Normais quanto no currículo dos Grupos Escolares.

Acompanhando esta mesma tendência de valorização da imagem, nota-se que os livros dirigidos ao ensino elementar (assim como os livros de literatura infantil) passaram a

apresentar cada vez mais ilustrações e fotografias, inclusive nas capas, ampliando também o mercado de trabalho para artistas que até então atuavam em jornais e revistas.

Não se pode deixar de mencionar que a adoção do método intuitivo e o uso da imagem como importante recurso pedagógico só foi possível graças aos avanços das técnicas de impressão e das técnicas de fabricação do papel, em curso desde a metade do século XIX, que baratearam o custo do material didático impresso. Além de livros ilustrados com litogravuras, xilogravuras, zincogravuras, muitas vezes com “clichês” importados, os alunos brasileiros passaram a conviver com mapas geográficos e quadros murais do ensino intuitivo pendurados nas paredes das salas de aula, muitos deles coloridos através da cromolitografia.

Ressalvadas as diferenças locais, verifica-se que esse modelo de escola elementar de massa, então denominado de “educação popular”, vinha se disseminando pela Europa desde a primeira metade do século XIX, sobretudo na França, país que durante longo período exerceu forte influência cultural sobre os brasileiros e suas instituições.

Cabe ainda assinalar que os republicanos transplantaram para as escolas públicas de São Paulo um modelo de ensino que nas últimas décadas do Império já era bem-sucedido na iniciativa privada, como, por exemplo, nos colégios de Abílio César Borges (Barão de Macaúbas) e de Menezes Vieira, ambos no Rio de Janeiro (Bittencourt, 1993, p. 123-125; Kuhmann Jr., 2000, p. 474).

Tal ponto de inflexão da escola primária exigia não só prédios e móveis específicos, mas também o uso de novos materiais didático-pedagógicos como livros, cadernos e impressos iconográficos (mapas e cartazes). Além disso, a nova organização do espaço e do tempo imposta pelo modelo dos Grupos Escolares contribuiu para a afirmação do ensino simultâneo e para a uniformização e seriação dos conteúdos, o que passou a exigir uma variedade muito maior de livros e de outros materiais didáticos adaptados ao ensino graduado de todas as matérias do currículo.

Para a nova demanda, a primeira solução foi importar carteiras e vários materiais escolares, mas o mesmo não acontecia com os livros que, ou tinham que ser traduzidos e adaptados para nossa realidade, ou tinham que ser inventados segundo as novas diretrizes educacionais, ou seja, tinham que forjar uma educação nacional pautada pelos moldes do novo regime. Nesse sentido, portanto, a expansão da escola pública primária desencadeou a

expansão da produção nacional de livros didáticos, embora a impressão de muitos desses livros continuasse a ser feita fora do país, ao menos até a Grande Guerra de 1914.

Expansão editorial

A década de 1890 foi marcada por grande desenvolvimento da indústria gráfica no Estado de São Paulo. Só na capital existiam nesse período 290 tipografias e litografias, muitas dedicadas à impressão de periódicos e ao impresso comercial (rótulos, folhetos, cartazes, clichês, cartões postais e de visita, etc). Além do aumento da circulação de jornais, a capital paulista assistiu à eclosão de diversos materiais impressos, especialmente da revista, gênero de publicação periódica que, junto com o jornal e o cartaz, “aliavam-se às melhorias dos transportes, ampliando os meios de comunicação e potencializando o consumo de toda ordem” (Martins, 2001, p. 166-177 e Gonçalves, 1995).

Editoras já tradicionais no segmento de livros didáticos, como a Livraria Francisco Alves, fundada em 1854 no Rio de Janeiro, expandiram seus negócios em São Paulo, abrindo sua primeira agência em 23 de abril de 1894, à Rua da Quitanda nº. 9, endereço próximo da Companhia Impressora Paulista (nº. 6) que, nessa época, imprimia o jornal *O Estado de S. Paulo*. No dia seguinte, a notícia estampada nesse jornal indica a importância do ato de inauguração da “livraria dos srs. Alves & Comp.”, com a presença das principais autoridades do Estado e de pessoas ilustres e proeminentes tanto da sociedade local como da capital da República. Chamam a atenção o cuidado especial na apresentação dos livros escolares produzidos pela “casa” e a homenagem dos editores às autoridades locais de ensino ao nomear as “seções” da nova livraria:

Na livraria, que está bem montada, observamos, sobretudo, grande número de obras didáticas editadas pela casa Alves & C. e outras de literatura e ciências, entre elas a última obra do dr. Silvio Romero, *Doutrina contra Doutrina*, da qual foi oferecido um exemplar aos representantes do governo e da imprensa.

A livraria dividida em quatro seções, tem em cada uma delas os seguintes nomes: - Dr. Bernardino de Campos, Dr. Cesário Motta, Dr. Paula Souza e Thomaz Galhardo. (*O Estado de S. Paulo*, 24 de abril de 1894, p. 2)

As quatro seções da livraria homenageavam, respectivamente, o presidente do Estado, o Secretário dos Negócios do Interior (pasta que abrigava a educação ou Instrução Pública), o primeiro diretor da recém-inaugurada Escola Politécnica (1893), e o oficial maior da secretaria da Instrução Pública (Pujol, 1896; Melo, 1954).

Para abrir a agência de São Paulo, os editores Nicolau Alves e Francisco Alves de Oliveira se associaram a Manuel Pacheco Leão, filho de Teófilo das Neves Leão e de Rosalina Leonissa Pacheco da Silva, esta de importante família do Rio de Janeiro. Após comprar *a parte de seu tio* (1897) e tornar-se *o único dono da casa*, em 1902 Francisco Alves admitiu como sócio minoritário o seu auxiliar, engenheiro Manuel Pacheco Leão (Bragança, 2002, p. 75), sendo que a agência de São Paulo, já em novo endereço (Rua São Bento, 45), passou a categoria de filial, tendo como gerente Paulo Ernesto de Azevedo (Livraria Francisco Alves, 1954; Hallewell, 1985).

A partir do material da Livraria Francisco Alves (1954), publicado em comemoração aos cem anos da editora, onde foi incluída uma “*Relação completa das obras publicadas*” pela casa, elaborei uma tabela (veja a seguir) com a quantidade de títulos lançados, onde fica patente a importância de Francisco Alves como editor de livros escolares. Embora seja um dado parcial, pois não estão computadas as reedições, que eram frequentes, na tabela foi respeitada a classificação apresentada na referida *Relação* para os diferentes segmentos de livros produzidos pela editora, divididos em nove seções.

PRODUÇÃO DA LIVRARIA FRANCISCO ALVES - NOVOS TÍTULOS LANÇADOS ATÉ 1954

Período/ por década	1860	1870	1880	1890	1900	1910	1920	1930	1940	1950
Literatura		1	2	8	16	75	51	16	10	4
Belas-Artes									3	
História e Geografia				1		1	7	2	1	2
Ciências Sociais e Políticas				4	8	68	9	6	4	1
Ciências Puras e Aplicadas				2	2	12	21	21	4	
Vulgarização e Conhecimentos Úteis			1		2	14	4	7	2	3
Línguas			2	1	7	14	2	6	2	
Livros de Ensino	2	16	44	86	83	138	79	137	176	53
Livros Religiosos		2	5		5	3	1	1	1	
Total	2	19	54	102	123	325	174	196	203	63

Fonte: Livraria Francisco Alves, 1954.

Ao acompanhar o número de títulos lançados pela Livraria Francisco Alves, verifica-se que desde o início de sua existência os livros escolares eram a especialidade da casa, sendo que no final da década de 1880 compreendiam mais de 80% do catálogo. Quanto ao nível de ensino, percebe-se inicialmente uma produção voltada para o curso secundário, mas que, a partir da década de 1880, portanto afinado com esse período efervescente de debates sobre a educação popular, Francisco Alves começa a investir substancialmente em livros dirigidos ao ensino elementar, adicionando ao catálogo da casa autores como Hilário Ribeiro (7 títulos) e Felisberto de Carvalho (3 títulos).

A década de 1890 testemunhou um grande salto na produção da Livraria Francisco Alves, quando foram acrescentados 102 novos títulos, quantidade bem superior a tudo que se tinha editado nas três décadas anteriores (75). Só de *livros de ensino* foram lançados 86 títulos, destacando-se, sobremaneira, a inclusão de obras que até então eram publicadas pela Livraria Garnier, como os livros dos profícuos Felisberto de Carvalho (12 títulos), Olavo Freire (10 títulos), Antonio Moreira Pinto (6 títulos) e Menezes Vieira (4 títulos).

Mas a expansão da produção, medida aqui em quantidade de títulos novos lançados, atingiria seu ápice nas duas décadas seguintes, sendo que os números apurados apontam que os anos de 1910 foram os de maior atividade editorial para Francisco Alves, sobretudo quando se considera a data de seu falecimento, em 29 de junho de 1917. É que desde a década anterior a Livraria Francisco Alves vinha comprando outras editoras, além de inaugurar outra filial em Belo Horizonte (1910).

Nessa quadra de prosperidade e expansão, 10 casas foram incorporadas na Livraria Francisco Alves. Assim é que no Rio de Janeiro foram adquiridas: a “Empresa Literária Fluminense”, a “Livraria Luso-Brasileira” de Lopes da Cunha, a “Livraria Domingos de Magalhães” e o fundo editorial das Livrarias “Savin”, “Viúva Azevedo” e “Laemmert”. Em São Paulo: a “Livraria Falcone” e a “Livraria Editora”. Em Portugal: a “A Editora” e a “Biblioteca de Instrução Profissional”. Além disso, os dois sócios daqui se associaram à “Librairie Aillaud”, de Paris, e à “Livraria Bertrand” de Lisboa. Em consequência, ficou a Livraria Francisco Alves de posse das publicações de 13 casas editoras. (Livraria Francisco Alves, 1954)

Da mesma forma, a década de 1910 marca a expansão dos sistemas públicos de ensino nos outros estados brasileiros, aumentando a demanda de livros escolares, o que indica o acerto de Francisco Alves como editor pertinaz.

A Livraria Francisco Alves ocupava, assim, paulatinamente, o espaço de suas principais concorrentes, a Laemmert e a Garnier, tornando-se a principal editora brasileira,

e Francisco Alves, ao *incorporar a seus negócios livrarias-editoras estrangeiras, invertia o percurso de seus contemporâneos europeus, como os Garnier* (Bragança, 2002, p. 76).

Nesse período republicano, nota-se que a prosperidade da Livraria Francisco Alves acompanhou a expansão da escola pública primária, pois, se de 1854 a 1889 ela havia publicado apenas 75 títulos (sendo 62 dirigidos ao ensino), de 1890 a 1919 ela lançou 550 títulos, dos quais 307 eram didáticos.

Depois da morte de ambos os sócios (Manuel Pacheco Leão morrera antes de Francisco Alves, em 24 de dezembro de 1913) e depois de cumprido o testamento de Francisco Alves, que deixou imensa fortuna para a Academia Brasileira de Letras, a editora passou a ser dirigida por Paulo Ernesto de Azevedo, cunhado de Pacheco Leão, que permaneceu à frente da casa até 1941 (Livraria Francisco Alves, 1954; *O Estado de S. Paulo* de 25/12/1913, p. 8).

Reduzida, se comparada com o pico da década de 1910, a produção de novos títulos nas décadas seguintes (de 1920 até 1954) manteve-se regular, com a ótima média de 190 títulos novos por década. O que chama a atenção, na década de 1940, é o crescimento da produção de *livros de ensino*, segmento que respondia por mais de 86% do total de títulos lançados, momento em que se verifica, novamente, o movimento de expansão escolar.

Francisco Alves lançou as bases modernas da edição escolar no Brasil (Bragança, 2002, p. 76). Principal editora do país durante longo período, a Livraria Francisco Alves ficaria gravada na memória de muitas gerações de brasileiros também como sinônimo de livro didático. Para uma ampla configuração da Livraria Francisco Alves *no contexto de desenvolvimento do comércio de bens culturais* em São Paulo, veja o artigo de Marisa Midori Deaecto “A Livraria Francisco Alves em São Paulo: os meios de expansão da leitura e o desenvolvimento do mercado livreiro (1894-1917)”.

O circuito do livro escolar

O controle da instituição patrocinadora da educação sobre o livro didático sempre fez parte da história desse objeto cultural, seja no ensino religioso, leigo, público ou privado. Daí a necessidade da freqüente composição entre os que estão na ponta da produção, autores e editores, e os agentes encarregados da aprovação dos livros para uso dos seus consumidores, os alunos. No Brasil, registra-se que essa função reguladora foi

exercida, ora mais frouxa, ora mais cerrada, pela Companhia de Jesus, pela metrópole portuguesa e, depois da Independência, pelos governos centrais e provinciais.

Desde o Império, a produção regional de livros escolares, embora numericamente mais modesta que a da corte, sempre teve importância na hora das adoções e validações oficiais em várias províncias brasileiras, pois o processo de autorização era local.

Sediados no Rio de Janeiro, os editores Nicolau e Francisco Alves mostraram-se perspicazes e habilidosos para reconhecer e atrair autores didáticos (alguns de outras editoras) com maior potencial de venda. Daí a preferência por títulos de autores estabelecidos no Rio de Janeiro, validados no local, alguns ligados ao Colégio Pedro II, outros à Escola Normal de Niterói, instituições centralizadoras do ensino secundário e primário. Hilário Ribeiro e Felisberto de Carvalho exemplificam a agilidade da Livraria Francisco Alves em arriscar com o novo e em atrair títulos consagrados.

Em São Paulo, desde o início da República o governo controlou a adoção dos livros didáticos nas escolas públicas, quer seja sob a alegação da necessidade de *uniformização do ensino*, quer seja porque legislava sobre programas e currículos, ou ainda porque se convertera em principal comprador do produto. Assim, só poderiam ser adotados nas escolas públicas os livros didáticos aprovados previamente pelo Conselho Superior de Instrução Pública ou órgão similar, cujas comissões eram designadas pelo Estado.

Os livros escolares comprados pelo governo paulista eram, inicialmente, destinados aos alunos mais carentes (São Paulo, 1894, p. 174-175), mas em 1913, a propaganda da Instrução Pública anunciava que em São Paulo o governo fornecia “*gratuitamente às escolas: papel, pena, tinta, lápis, livros didáticos, etc*” (Notícia sobre o ensino no Estado de São Paulo, 1913, p. 4), informação sempre contraditória quando confrontada com os relatórios de inspetores de ensino e diretores de escolas que afirmavam a precariedade do ensino e a falta de material didático, sobretudo nas Escolas Isoladas, localizadas no campo.

Outro fator relevante do controle estatal na adoção de livros didáticos era o estabelecimento de que só os livros de leitura deveriam ser destinados ao uso dos alunos, restrição que, de saída, eximia o governo paulista de fornecer livros didáticos das demais disciplinas, às quais ficariam a cargo da *palavra do mestre*. Quanto aos títulos aprovados pelo governo de São Paulo em 1896, percebe-se a influência das validações oficiais na

capital federal e a preferência por autores que atuavam no ensino público e/ou na imprensa paulista. (Pujol, 1896, p.46).

Em 1908, o *Parecer da comissão incumbida de rever a lista de obras adotadas no curso preliminar* aponta que o governo fornecia aos alunos dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas só os livros de leitura, pois estes eram os únicos *facultados para uso dos alunos*. As outras matérias do currículo deveriam ser ensinadas *diretamente pelo mestre em explicações vazadas na máxima clareza e simplicidade, intuitivamente*. Daí a razão pela qual os livros das demais matérias aparecerem entre indicados para o uso do professor (São Paulo, 1907-1908, p. 383-393).

Fora do controle do Estado, mas igualmente importante para o processo de produção do livro didático, era a progressiva (e massiva) evasão escolar nas escolas públicas paulistas. Em 1904, calcula-se que 40% das classes eram destinadas ao primeiro ano (Monarcha, 1999; São Paulo 1907-1937), fato que tornava muito mais atrativo economicamente o segmento editorial dirigido aos iniciantes do curso elementar. Tal situação, perpetuada durante décadas, pode ser notada nas múltiplas tiragens das cartilhas de alfabetização e dos primeiros volumes dos livros de leitura graduada, cujas edições iam diminuindo drasticamente à medida que o livro era direcionado para as classes mais adiantadas.

Portanto, os livros didáticos para o ensino primário que emergem desse controle estatal com estrondoso sucesso de mercado são os chamados livros de leitura, ou seja, as cartilhas de alfabetização e os livros de leitura graduada. Compreende-se, assim, o papel relevante que esses livros também passaram a assumir na consolidação da ideologia republicana.

A centralização do ensino primário paulista a partir da Escola Normal Caetano de Campos colocou em relevo um grupo de normalistas que lá se formaram (ou que lá mantinham vínculos) e que depois exerceriam cargos públicos da administração escolar (professores, diretores, inspetores, etc) e muitos deles se tornariam autores didáticos, alguns de sucesso duradouro.

Assim, quando a Alves & Comp. se estabeleceu na capital de São Paulo em 1894 (ano, aliás, também da inauguração do novo prédio da Escola Normal, na Praça da República), esses editores lançaram a *História do Estado de S. Paulo* de Tancredo do

Amaral, e assinaram contrato com Tomaz Galhardo para a publicação, no ano seguinte, da *Cartilha da infância* e do *Segundo livro de leitura* (Bragança, 2000, p. 464-65), autores paulistas, formados pela Escola Normal, com projeção na administração pública escolar, cujos livros eram dirigidos à escola elementar.

Como vimos na notícia da inauguração da Alves e Comp., Tomaz Paulo do Bom Sucesso Galhardo (1855-1904), um dos homenageados da nova livraria, era Oficial Maior da secretaria da Instrução Pública, subordinada à Secretaria do Interior. O Comendador Tomaz Galhardo, natural de Ubatuba, formou-se na Escola Normal de São Paulo em 1876 e, provavelmente na década de 1880, publicou sua *Cartilha da Infância*, cuja 2ª. edição, de 1891, “modificada e ampliada pelo professor Romão Puiggari”, saiu pela Teixeira & Irmão Editores. Tanto a *Cartilha da infância* como o *Segundo livro de leitura* foram aprovados pelo Conselho de Educação Pública de São Paulo em 1895, ou seja, no mesmo ano em que passaram a ser publicados pela Alves e Comp. Em 1979 ainda circulava a 225ª. edição desta cartilha feita pela Livraria Francisco Alves (Köpke, 1891; Pujol, 1896; Melo, 1954; Mortatti, 2000).

Além desses autores, na primeira década do século XX, nota-se que a Livraria Francisco Alves estava afinada com a expansão da escola pública primária paulista, através da inclusão no seu catálogo de vários autores didáticos oriundos de São Paulo, a maioria ligada à administração educacional, com destaque para Romão Puiggari, Arnaldo Barreto, Ramon Roca Dordal e, principalmente, João Köpke.

Os livros de leitura João Köpke (1853-1926), filho de Henrique Köpke, dono de conhecido colégio em Petrópolis (RJ), aparecem seguidamente nas listas de adoções oficiais do Estado de São Paulo. Nascido no Rio de Janeiro, mas estabelecido em São Paulo (professor nos colégios Neutralidade, Pestana, Escola Americana e Curso Anexo da Faculdade de Direito), João Köpke lançou em 1874 o *Método racional e rápido para aprender a ler sem soletrar, dedicado à infância e ao povo brasileiro* com o objetivo de substituir os silabários, (livro reeditado em 1879). No entanto, os livros que alcançaram muito sucesso foram os da “Série Rangel Pestana”, cinco volumes intitulados *Leituras (ou Lições) morais e instrutivas (1º. Livro, 1884)*, seguidamente reeditados. De sua lavra saíram, ainda, as *Leituras práticas* e as *Fábulas*, cujo exemplar de 1891 (provavelmente a primeira edição) traz na quarta-capa a lista de todos os seus livros didáticos, publicados

pela Teixeira & Irmão, proprietários da Grande Livraria Paulista, à Rua São Bento, 65. Tais livros seriam reeditados pela mesma Livraria Paulista de Miguel Melillo (1896), pela editora Laemmert (1901), novamente por Melillo (até 1904), depois por N. Falcone & Cia (1904) e, finalmente, depois que esta última casa foi adquirida pela Livraria Francisco Alves (provavelmente em 1908) eles foram aí continuamente reeditados até a década de 1950. A reconstituição desse pequeno histórico editorial foi possível graças aos anúncios veiculados em jornais, almanaques, revistas pedagógicas (*Eschola pública*, *Revista de ensino*) e nos próprios livros didáticos que traziam um pequeno catálogo na quarta-capa.

Formados pela Escola Normal e ocupando cargos da administração escolar, Romão Puiggari, Arnaldo Barreto e Ramon Roca Dordal publicaram, ora separadamente, ora em diversas parcerias, vários títulos didáticos que seriam incluídos constantemente nas listas de livros aprovados pelo governo de São Paulo.

Natural de Campinas e de família de educadores (René de Oliveira Barreto, Rita de Macedo Barreto), Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925) foi professor da Escola-Modelo do Carmo (1894), inspetor das escolas anexas à Escola Normal de São Paulo (1897), diretor do Ginásio de Campinas e diretor da Escola Normal de São Paulo (1924-25). Foi também redator-chefe da *Revista de Ensino* (1902-1904), órgão da Associação Beneficente do Professorado Paulista. Arnaldo Barreto é autor de vários livros didáticos de sucesso da Livraria Francisco Alves, como *Cartilha das Mães* (12^a. edição, 1911), *Cartilha Analítica* (1909), *Leituras Morais* (5^a. edição, 1909) e *Primeiras Leituras* (2^a. edição, 1908); e co-autor com Romão Puiggari de uma série de quatro *Livros de Leitura*, e co-autor com Ramon Roca Dordal da coleção de seis *Cadernos de Cartografia*. (*Revista de ensino*, set. 1908; Livraria Francisco Alves, 1954; Melo, 1954; *Centenário do Ensino Normal em São Paulo*, 1946; Mortatti, 2000; Bernardes, 2003).

As primeiras edições da *Cartilha das Mães* foram publicadas pela Livraria Civilização Casa Editora, de Costa & Santos, conforme anúncio aqui reproduzido da revista *A escola pública* (março 1896). Nesse mesmo número da revista há longo artigo de Arnaldo Barreto para tratar desse seu método de ensino. Em 1904 a *Cartilha das mães* consta do catálogo da Grande Livraria Paulista de Miguel Melillo, juntamente com as *Leituras Morais* e os dois primeiros volumes da série de *Livros de leitura* Puiggari-Barreto (*Almanaque Melillo para 1904*). Depois, os livros escolares de Arnaldo Barreto e seus

parceiros seguiram o mesmo caminho dos livros de João Köpke, até chegarem nos prelos da Livraria Francisco Alves, com a aquisição da N. Falcone & Cia.

A trajetória da Livraria Francisco Alves e seus desdobramentos em São Paulo mostram que a expansão da escola pública elementar criou condições muito favoráveis para a expansão editorial. Mostra também que seus editores se esforçaram para compreender e para participar de todas as fases do circuito do livro escolar, da produção ao consumidor final, circuito esse, ao mesmo tempo, tão sensível às novas técnicas de produção, aos agentes educacionais e às redes de sociabilidade. Para isso, eles sabiam que naquela época era imprescindível estar presente no local onde o produto seria gerado, validado e consumido. Logo depois, a expansão escolar paulista frutificou em outros estados e a Livraria Francisco Alves tornou-se a maior editora do país.

Bibliografia

- A Eschola Publica*. Publicação Trimensal. São Paulo: Typ. da Industrial de S. Paulo, Anno I, N. I, março/1896.
- Almanaque Melillo para 1904*. (1904) São Paulo: Miguel Melillo & Cia.
- BASTOS, Maria Helena C. e FARIA FILHO, Luciano M. (Orgs.) (1999) *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo/PR: EDIUPF.
- BERNARDES, Vanessa Cuba. (2003) *Um estudo sobre Cartilha analítica, de Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925)*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) Marília: Universidade Estadual Paulista-UNESP.
- BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. (1993) *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH.
- BRAGANÇA, Aníbal Francisco Alves. (2000) “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”. In: ABREU, Márcia. (Org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, ABL, São Paulo: FAPESP.
- _____. (2002) “Uma introdução à história editorial brasileira”. In: *Cultura – Revista de História e Teoria das Idéias*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, v. XIV (2ª série). Separata.
- CALKINS, Norman Alison. (1886) *Primeiras lições de coisas*. Tradução e adaptação de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- CARBONE, Graciela. (2003) *Libros escolares. Uma introducción a su análisis y evaluación*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. (2002) “A República, a escola e os perigos do alfabeto” In: PRADO, Maria Ligia Coelho e VIDAL, Diana Gonçalves (Org.) *À Margem dos 500 Anos: Reflexões Irreverentes*. São Paulo: Edusp.

- Centenário do Ensino Normal em São Paulo: 1846-1946*. (1946) São Paulo: Gráfica Brescia.
- CHARTIER, Roger. (1999) *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- _____. (2001) “Do livro à leitura”. In: CHARTIER, Roger. (Org.) Trad. Cristiane Nascimento. *Práticas da leitura*. 2.e. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p.77-105.
- CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão. (1991) *Arquitetura escolar paulista: 1890/1920*. Maria Elizabeth Peirão Corrêa, Helia Maria Vendramini Neves, Mirela Geiger de Mello. São Paulo: FDE. Diretoria de Obras e Serviços.
- DEAECTO, Marisa Midori. (2002) *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora SENAC.
- _____. “A Livraria Francisco Alves em São Paulo: os meios de expansão da leitura e o desenvolvimento do mercado livreiro (1894-1917)”. (mimeo)
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (2000) “Instrução elementar no século XIX.” In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 2.e. Belo Horizonte: Autêntica.
- FERREIRA, Avany De Francisco, CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão, MELLO, Mirela Geiger de. (1998) *Arquitetura escolar paulista: restauro*. São Paulo: FDE-Fundação para o Desenvolvimento da Educação.
- GONÇALVES, Janice. (1995) *Música na cidade de São Paulo (1850-1900): o circuito da partitura*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo: FFLCH.
- HALLEWELL, Lawrence. (1985) *O Livro no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ T. A. Queirós.
- HÉBRARD, Jean. (1999) “Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural”. In: ABREU, Marcia. (Org) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, ABL, São Paulo: FAPESP, 33-77.
- JULIA, Dominique. (2001) “A cultura escolar como objeto histórico”. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. n.1. Campinas, SP: Editora Autores Associados, jan./jun., p. 9-43.
- KÖPKE, João. (1891) *Fábulas*. São Paulo: Teixeira e Irmão Editores.
- KUHLMANN JR., Moysés. “Educando a infância brasileira”. In: LOPES, Eliane M.T.; VEIGA, Cynthia e FARIA FILHO, Luciano M. *500 anos de educação no Brasil*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 469-496.
- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. (1996) *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática.
- LIVRARIA FRANCISCO ALVES (1954) “*Histórico da Livraria Francisco Alves*” e “*Relação completa das obras publicadas pela Livraria Francisco Alves: 1854-1954*”. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo Ltda.
- LYONS, Martyn. (2002) “Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários”. In: CHARTIER, Roger e CAVALLO, Guglielmo (orgs.) *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, p. 165-202.
- MARTINS, Ana Luiza. (2001) *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado.
- MELO, Luís Correia de. (1954) *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo: s.e.(Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo).

- MENEZES, Raimundo de. (1978) *Dicionário literário brasileiro*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- MONARCHA, Carlos. (1999) *Escola normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. (2000) *Os sentidos da alfabetização*. São Paulo: Editora UNESP: CONPED.
- Notícia sobre o ensino no Estado de São Paulo*. (1913)
- PUJOL, Alfredo. (1896) *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado de S. Paulo em 30 de março de 1896 pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Instrução Pública*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial.
- Revista de ensino*. (1902) São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, outubro.
- Revista de ensino*. (1904) São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, junho.
- Revista de ensino*. (1905) São Paulo: Tip. Guimarães, abril.
- Revista de ensino*. (1908) São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, setembro.
- SÃO PAULO. (1894) *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*. Atos do Poder Executivo, Decreto 248 de 26 de Julho de 1894, que *Aprova o regimento interno das escolas públicas*.
- SÃO PAULO. (1907-1908). *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tip. Augusto Siqueira.
- SÃO PAULO. (1918). *Anuário do Ensino do Estado de S. Paulo*. São Paulo: s/e.
- SÃO PAULO. (1935-1936). *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tip. Siqueira.
- SOUZA, Rosa Fátima de. (1998) *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.